



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/ES

ESTUDO PRELIMINAR

Lei nº 14.133/2021 e Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022

Processo nº 08285.003874/2024-67

1. OBJETO

1.1. Trata-se da republicação de edital visando eventual aquisição de mobiliário e itens diversos para atender o Centro de Treinamento Operacional, Espaço de Convivência e demais áreas da Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo - SR/PF/ES.

2. NORMATIVOS APLICÁVEIS

2.1. Lei nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

2.2. Lei Complementar nº 123/2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;

2.3. Decreto nº 10.193/2019 - Estabelece limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens no âmbito do Poder Executivo Federal

2.4. Decreto nº 10.947/2022 - Regulamenta o inciso VII do **caput** do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

2.5. Instrução Normativa SLTI-MPOG nº 01/2010 - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

2.6. Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

2.7. Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022 - Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

2.8. Instrução Normativa SEGES/ME nº 81/2022 - Dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência - TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema TR digital.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

3.1. A implantação do Centro de Treinamento Operacional e Espaço de Convivência foi aprovada em reunião do Comitê Regional de Gestão de Pessoas realizada em 24 de março de 2022, conforme informação do ofício nº 57/2022/SELOG/SR/PF/ES, de 07 de junho de 2022, visando à melhoria do ambiente de trabalho e ao aprimoramento do treinamento operacional.

3.2. Após aprovada a implantação do Centro de Treinamento e Espaço de Convivência (08285.003502/2022-79), torna-se imprescindível a aquisição de mobiliários e equipamentos para a sua composição, a fim de conferir-lhe efetiva funcionalidade para as atividades físicas previstas e de acordo com a proposta de leiaute elaborada no projeto inicial anexo (35875151).

- 3.3. O treinamento físico resistido/funcional tem um papel de destaque dentre as atividades físicas, sendo recomendado pelas principais organizações de saúde do mundo como forma de prevenção de problemas de saúde e de manutenção das capacidades laborativas, além da possibilidade de sua utilização para fins educacionais, atléticos e terapêuticos.
- 3.4. Além dos benefícios de saúde para os servidores do órgão, esta proposição observa a Instrução Normativa nº 88/2014-DG/DPF, que versa sobre a obrigatoriedade da prática desportiva no âmbito da Polícia Federal, como forma de continuidade do preparo físico adequado para cumprimento das atividades policiais, bem como medida de alívio a estresse a elas inerentes.
- 3.5. Destaca-se também outro aspecto funcional da estrutura do Centro de Treinamento, que, além dos equipamentos para a prática desportiva, fornecerá locais apropriados para asseio e higienização, eventualmente reduzindo o tempo de deslocamento entre local de atividade física, casa e trabalho; e um espaço de convivência, que permitirá maior integração entre os servidores, trazendo para a Administração um ganho na gestão de pessoas e na disponibilidade do policial.
- 3.6. Ainda na ordem da gestão de pessoas alinhada à visão mais atualizada de atenção à saúde do trabalhador, o espaço além de servir para o treinamento e capacitação, também será destinado ao lazer e bem estar dos servidores nos seus horários de pausa, como por exemplo no descanso para o almoço.
- 3.7. Assim, deverão ser adquiridos mobiliários e equipamentos próprios para a área com a qualidade que atenda os princípios de ergonomia, segurança e biomecânica, sendo necessário também esclarecer que os itens adquiridos deverão compor um ambiente esteticamente favorável e condizente com o projeto delineado para o local.
- 3.8. A presente demanda está em consonância com a Resolução CG/PF nº 0007 de 27 de Maio de 2024, do Comitê de Governança da Polícia Federal, que aprova o Plano Estratégico 2024/2027, composto pelo documento norteador denominado Projeto de Transformação Organizacional - PF80 que tem como uma das finalidades *buscar transformar a Polícia Federal em uma instituição plural e acolhedora*.
- 3.9. Ademais, o aludido Plano estabelece como um dos objetivos estratégicos que nortearão o trabalho nos próximos quatro anos: *transformar a PF em uma instituição orientada por estratégia e governança* sendo que a métrica de topo atrelada ao referido objetivo é a **capacitação e treinamento**.
- 3.10. Observam-se, portanto, as inegáveis vantagens advindas do aparelhamento do novo Centro de Treinamento da SR/PF/ES, das quais ressaltam-se a melhoria da qualidade de vida, a prevenção de problemas de saúde e a manutenção da capacidade laboral dos servidores, além de eventual atendimento de programações educacionais do eixo operacional policial, atléticas e terapêuticas.
- 3.11. Por fim, registra-se que a solicitação de aquisição do aparelhos de treinamento foi formalizada no processo nº 08285.004112/2022-16, tratando-se a presente demanda da formalização da requisição do mobiliário que deve compor o Centro de Treinamento e o Espaço de Convivência, em complemento necessário para a utilização adequada do local, com área de descanso, banheiros munidos de armários e sala administrativa.
- 3.12. Cabe destacar que o mobiliário objeto deste certame possui características distintas daquele regulado pela Portaria nº 13.056-2020-DG-PF, uma vez que o aludido instrumento define o padrão básico para as especificações do mobiliário a ser adquirido pela Polícia Federal e se preocupa com as padronização e ergonomia laboral ao passo que os bens objeto deste certame estão relacionados ao aparelhamento estético e relacionado ao bem estar da nova área de convivência em construção na sede da Superintendência Regional no Espírito Santo.
- 3.13. Sendo assim, a área técnica elaborou estudo em cotejo com a planta baixa, o projeto 3D (leiyute) onde os aspectos determinantes para definição dos móveis e utensílios a serem adquiridos estão relacionados à medição do espaço físico, bem como às questões de conforto, segurança, saúde, desempenho eficiente no trabalho e, notadamente, estética do CTO e espaços adjacentes.
- 3.14. Ademais, necessário salientar que as aquisições de cadeiras especiais tratadas neste processo possuem justificativas próprias levantadas por áreas demandantes distintas. No que se refere a cadeira presidente e a cadeira mocho decorrem de necessidades especiais de servidores cuja justificativa se deu com laudo médico e foram tratados nos processos 08285.003403/2022-97 (Laudo médico Delegado Ghuilher Helmer) e 08285.004751/2021-09 (cadeiras do plantão - despacho 21797381e destinadas a servidores de maior compleição - despacho 25385973). Novamente aqui a aquisição com base no mobiliário padrão definido na Portaria nº 13.056-DG/PF não atende a necessidade específica de servidores com necessidades

especiais, como é o caso do DPF Guilherme Helmer.

3.15. Após consulta a Divisão de Estudos, legislação e Pareceres - DELP/CGRH/DGP/PF e por sugestão desta Divisão realizou-se consulta à CONJUR/MJSP culminando no Parecer n. 00927/2022/ADVS/E-CJU/RESIDUAL/CGU/AGU que, em suma, delinhou a possibilidade jurídica da presente aquisição.

3.16.

4. ÁREA REQUISITANTE

4.1. Setor de Administração e Logística Policial - SELOG/SR/PF/ES.

4.2. **Responsável:** Helena Rezende Mazzocco.

5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Requisitos técnicos dos bens

5.1.1. Os bens deverão ser novos e entregues acondicionados adequadamente em suas embalagens originais lacradas e deverão, comprovadamente, estar em fase normal de produção/fabricação, não sendo aceitos materiais descontinuados ou fora de linha de produção do fabricante. Os materiais deverão ser fornecidos com todos os acessórios necessários à sua perfeita instalação e funcionamento, incluindo a documentação técnica completa e atualizada, como manuais, guias de instalação e outros pertinentes.

5.1.2. Os bens demandam uma logística de média a alta complexidade no seu deslocamento, cujos custos de entrega até o local determinado pelo contratante, devem estar inclusos no preço dos produtos.

5.1.3. Para cadeiras ergonômicas, devem ser obedecidos os requisitos previstos na NR 17 e na NBR 13.962 e normas correlatas.

5.1.4. As especificações técnicas da presente aquisição estão delinadas no Caderno de Especificações Técnicas (35843738) parte integrante do Termo de Referência como Anexo II.

5.1.5. Devem ser observados pelos licitantes os padrões mínimos de qualidade, desempenho e design descritos, sendo que a aceitação das propostas deverá passar pelo crivo e justificativa da área técnica quando as especificações não forem atendidas em sua totalidade.

5.1.6. Os avisos dispostos no Anexo II, página 3, são de observância obrigatória a todos os licitantes participantes.

5.1.7. Ao participar da presente aquisição a empresa licitante concorda que tem pleno conhecimento das condições necessárias para o fornecimento dos bens, e prestação da garantia, quando necessário.

5.2. Sustentabilidade

5.2.1. Visando à formação e à recuperação de um ambiente ecologicamente equilibrado, na entrega dos produtos os licitantes deverão cumprir as seguintes orientações:

(a) Entregar produtos preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento, conforme Instrução Normativa/SLTI/MPOG N.º 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010.

(b) Entregar produtos que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na Diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous), conforme Instrução Normativa/SLTI/MPOG N.º 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010.

5.3. Habilitação

5.3.1. Tendo em vista que a natureza dos objetos, bem como as quantidades listadas não exige grande especialidade do fornecedor, o Tribunal de Contas da União entende que os requisitos de habilitação podem ser os mínimos possíveis, conforme decisões abaixo:

- É inconstitucional e ilegal o estabelecimento de exigências que restrinjam o caráter competitivo

dos certames. (Acórdão TCU nº 539/2007 - Plenário).

-Também se pode presumir que objetos comuns não demandam maior especialidade do fornecedor. Logo, os requisitos de habilitação podem ser os mínimos possíveis." (Acórdão TCU nº 1729/2008 - Plenário).

- As exigências Editalícias devem limitar-se ao mínimo necessário para o cumprimento do objeto licitado, de modo a evitar a restrição ao caráter competitivo do certame. (Acórdão TCU nº 110/2007 - Plenário).

5.4. Requisitos Obrigacionais

5.4.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia.

5.4.2. Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, preferencialmente em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

5.4.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

5.4.4. O prazo de entrega dos bens é de até 30 dias, contados do(a) Nota de Empenho, em remessa única e deverá ocorrer em dias úteis, no horário de 09:00 às 16:00 horas, no seguinte endereço: Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo, localizada na Avenida Delegado Federal Geraldo Guimarães, nº 1, São Torquato, Vila Velha/ES, CEP 29.114-105.

5.4.4.1. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10(dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4.4.2. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, o produto com avarias ou defeitos.

5.4.5. Caso haja participante na referida contratação após manifestação na referida IRP deverá o licitante observar os locais de entrega designados para cada UASG participante.

5.4.6. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.

5.4.7. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

5.4.8. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.4.9. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

5.5. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 3(três) anos, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.5.1. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.5.2. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.5.3. Pela característica intrínseca dos objetos licitados, os serviços de manutenção e assistência técnica serão prestados mediante deslocamento de técnico ou disponibilizados em unidade

de prestação de serviços localizada em distância compatível com as necessidades da contratante que avaliará caso a caso.

5.6. Não há vedação de contratação de marca/produto (Art. 41, inciso III, da Lei nº 14.133/2021).

5.7. **Indicação de marcas ou modelos** (Art. 41, inciso I, alíneas a, b, c, ou d, da Lei nº 14.133/2021) para alguns dos itens tem como objetivo auxiliar a descrição do objeto a fim de tornar mais bem compreendida a identificação do bem, de forma a servir como referência, nos termos do Art. 41 da Lei 14.133/2021. Ademais, a indicação visa garantir a aquisição, pela Administração, de produtos com parâmetros mínimos de qualidade, reconhecidos pelo mercado, acreditados pelos órgãos de fiscalização, conforme a legislação brasileira.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1. Em atendimento ao disposto no Art. 44 da Lei 14.133/2021, foram pesquisadas no mercado e em outros órgãos e entidades soluções diversas para a demanda, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração e aos requisitos apresentados no presente estudo.

6.2. Considerando a diversidade de itens e a análise de necessidades apontar para soluções óbvias (a aquisição dos produtos) não foram identificadas soluções diversas para atender as demandas.

6.3. No âmbito da Polícia Federal há histórico de aquisições de mobiliário por todas as Superintendências não sendo localizados processos recentes que vislumbrem solução diferente, sendo que também não foram identificadas inconsistências significativas.

6.4. Ademais, em consulta a contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas observou-se que vários órgãos efetuam compras de mobiliário, de forma abundante e difusa, sendo uma contratação bastante comum, nas três esferas da Federação. A própria pesquisa de preços no portal de Compras.gov demonstra a situação aqui descrita.

6.5. Não se apresenta como viável a locação dos diversos materiais para atender às variadas demandas, haja vista a sua necessidade permanente, incorporando-se ao patrimônio do Órgão. Assim, a locação de mobiliário não atende as necessidades dispostas neste Estudo, sendo uma prática incomum nas compras públicas, considerando o contexto em que se insere esta demanda (mobiliário um novo espaço dentro da Superintendência); não havendo demonstração de aspectos inovadores e vantajosos desta modalidade.

6.6. Assim, considerando a busca da solução apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso considerando o CICLO DE VIDA DOS OBJETOS, nos termos do Art. 11, Inciso I, da Lei n. 14133/2021, pela necessidade de permanente, e pelo princípio da padronização apresenta-se como mais viável a aquisição do mobiliário previsto neste estudo.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. Conforme levantamento a solução é a aquisição do mobiliário e dos itens diversos descritos no item 3 (material permanente - mobiliário) sendo que trata-se de aquisição de bens comuns, ou seja, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais no mercado. Sendo assim, deverá ser adotada aquisição por meio de Pregão Eletrônico adotando-se o sistema de registro de preços, uma vez que a demanda atende ao requisito do art. 3º caput do Decreto 11.462/2023, e notadamente também seu inciso III.

7.2. O objeto, portanto, não se enquadra na categoria de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021 do Governo Federal,

7.3. O SRP, segundo MARÇAL JUSTEN FILHO, “apresenta diversas virtudes, propiciando a redução de formalidades e a obtenção de ganhos econômicos para a Administração Pública”. Tal o é que, diante de situação que se amolde às hipóteses previstas no art. 3º do Regulamento, a adoção do Sistema de Registro de Preços constitui-se em verdadeira obrigação para o gestor, devendo apresentar justificativa em caso de não adoção.

7.4. Vale citar que a opção pela adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), para esta licitação, deve-se ao fato de este sistema ser um forte aliado aos princípios da eficiência e da economicidade, por ser um procedimento que resultará em vantagens para Administração, descomplicando procedimentos para a aquisição dos bens que irão compor o Centro de Treinamento Operacional cuja obra encontra-se em plena execução. Deve-se salientar que abrir a possibilidade de participação de outros órgãos poderá ser útil neste processo dado que o quantitativo de cada item pode apresentar-se pouco atrativo ao mercado. O

sistema de registro aumentará as chances de empresários fornecerem para o governo.

- 7.5. Vistoria obrigatória: não
- 7.6. Necessidade de garantia da contratação: não será exigida garantia da contratação em face das características do objeto da contratação.
- 7.7. Possibilidade de subcontratação: não será permitida a subcontratação de parte ou de todo o objeto, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios.
- 7.8. MODELO DE EXECUÇÃO. Prazo para recebimento provisório e definitivo, bem como critérios de pagamento serão detalhados no Termo de Referência.

8. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

8.1. O memorial descritivo de quantidade por item (35843450) estabeleceu os quantitativos de cada item considerando o ambiente a ser mobiliado a partir do projeto. layout e estudo da área realizado para construção do Centro de Treinamento Operacional e Espaço de Convivência.

GRUPO	ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE (UN)
I	1	Unidade	1
	2	Unidade	4
	3	Unidade	1
	4	Unidade	2
	5	Unidade	1
	6	Unidade	2
	7	Unidade	1
	8	par	1
II	9	Unidade	1
	10	Unidade	2
	11	Unidade	1

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. Foi realizado novo levantamento de preços, com a finalidade de definir o valor de referência para os itens de modo que a pesquisa melhor reflita o mercado dos produtos a serem adquiridos, em observância ao disposto na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 07 de julho de 2021.
- 9.2. Feita análise no Painel de Preços do Compras.Gov para averiguar o preço das contratações de mobiliário semelhante nos últimos 12 meses, entretanto verificou-se que os itens pretendidos na presente

aquisição são muito específicos e não correspondem a nenhum item de pesquisa localizado no portal de compras após realização de análise crítica das compras.

9.3. Sendo assim, optou-se por promover a exclusão dos itens no relatório de pesquisa de preços extraído do sistema Compras.Gov e realizado mapa de preços com a exclusão de itens com valor excessivamente elevado ou inexequíveis após obtenção do desvio padrão, bem como dos limites superior e inferior.

9.4. O detalhamento dos valores, método estatístico e a compilação de informações estão descritos na Nota Técnica da Pesquisa de preços e compilado no Mapa Comparativo de Preços .

RESUMO							
GRUPO	Item	Descrição/Especificação	CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
I	1	Sofá de Couro legítimo	485514	Unidade	1	R\$ 6.262,13	R\$ 6.262,13
	2	Poltrona de 1 (um) lugar de couro legítimo	611651	Unidade	4	R\$ 3.862,19	R\$ 15.448,76
TOTAL GRUPO I							R\$ 21.710,89
	3	Mesa de Centro	232025	Unidade	1	R\$ 1.114,25	R\$ 1.114,25
	4	Banco de aço galvanizado	611854	Unidade	2	R\$ 1.488,48	R\$ 2.976,96
	5	Cadeira Presidente para escritório	602320	Unidade	1	R\$ 2.461,39	R\$ 2.461,39
	6	Cadeira Caixa Alta Executiva giratória 360°	485840	Unidade	2	R\$1.012,27	R\$ 2.024,54
	7	Cadeira mocho tipo sela bipartido	407919	Unidade	1	R\$ 3.248,09	R\$ 3.248,09
	8	Par de apoio antebraço ergonômico digitação escritório	447090	Conjunto	1	R\$ 262,09	R\$ 262,09
II	9	Sofá de fibra sintética	607618	Unidade	1	R\$ 4.402,00	R\$ 4.402,00
	10	Poltrona de Fibra sintética	607620	Unidade	2	R\$ 2.652,56	R\$5.305,12
	11	Mesa de centro de fibra sintética	616714	Unidade	1	R\$ 939,52	R\$ 939,52
TOTAL GRUPO II							R\$ 22.733,96
TOTAL							R\$ 44.444,85

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

10.1. Agrupamento de Itens: Os objetos deste estudo que serão licitados por agrupamento de itens possuem a finalidade de adquirir materiais padronizados para atender a um mesmo ambiente, conforme entendimento do TCU (acórdão 5.260/2011-1ª Câmara): ""inexiste ilegalidade na realização de pregão com previsão de adjudicação por lotes, e não por itens, desde que os lotes sejam integrados por itens de uma mesma natureza e que guardem relação entre si".

10.2. Assim, o parcelamento não é aplicável à totalidade do objeto e o julgamento por grupos possui potencial de mitigação do risco de descaracterização do conjunto do objeto pretendido.

10.3. Outrossim, necessário destacar que o processo licitatório será destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, da Lei Complementar nº 123/2006;

10.4. E preciso destacar que a sistemática de agrupamento foi alterada nesta republicação uma vez que o resultado do Pregão anteriormente publicado demonstrou o real funcionamento do mercado no que diz respeito aos itens 1, 2 e 3 notadamente, bem como em relação ao conjunto dos itens 9, 10 e 11 anteriormente agrupados ou licitados como conjunto.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

11.1. Como contratação interdependente tem-se a execução da obra do Centro de Treinamento Operacional e Espaço de Convicência tratado no processo SEI nº 08285.003502/2022-79.

12. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

12.1. A presente demanda está em consonância com a Resolução CG/PF nº 0007 de 27 de Maio de 2024, do Comitê de Governança da Polícia Federal, que aprova o Plano Estratégico 2024/2027, composto pelo documento norteador denominado Projeto de Transformação Organizacional - PF80 que tem como uma das finalidades *buscar transformar a Polícia Federal em uma instituição plural e acolhedora*.

12.2. Ademais, o aludido Plano estabelece como um dos objetivos estratégicos que nortearão o trabalho nos próximos quatro anos: *transformar a PF em uma instituição orientada por estratégia e governança* sendo que a métrica de topo atrelada ao referido objetivo é a **capacitação e treinamento**.

12.3. Os Itens a serem licitados estão devidamente registrado no PAC 2024 e vinculados à contratação nº 200352-900034/2023 (ITEM 3 e ITEM 1) - DFD 45/2023 e 46/2023.

12.4. A presente demanda também vai ao encontro do Planejamento Tático-Operacional da Polícia Federal no Estado do Espírito Santo – SR/PF/ES, conforme Plano PTO-KR-ES (36270051), pois o objeto da pretensa licitação atende a seguinte iniciativa tático-operacional da SR/PF/ES:

12.4.1. ID KR 4.0.1.3 ES: Implementar 05 iniciativas voltadas ao bem-estar dos servidores (SR):

Objetivo Tático-Operacional vinculado: Prover infraestrutura de trabalho moderna, inovadora e sustentável;

Principal Objetivo Desenvolvimento Sustentável vinculado: 03 – Boa Saúde e Bem-Estar;

Principal métrica de topo: 12 – Capacitação e treinamento.

13. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

13.1. Espera-se suprir a necessidade dos materiais relacionados pela área requisitante, possibilitando a continuidade de suas atividades laborais, através de fornecimento do objeto desta contratação.

13.2. Como resultado a ser alcançado com a presente contratação, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis, almeja-se a adequação das condições físicas da Superintendência Regional da Polícia Federal, visando, especialmente, criar ambientes mais confortáveis e agradáveis aos usuários dos setores, gerando um local de trabalho mais colaborativo e, ao mesmo tempo, mais favorável à concentração, bem como, espera-se, obter o aumento da motivação dos servidores e, conseqüentemente, um incremento nos índices de produtividade das unidades.

14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

14.1. Não há providências adicionais a serem tomadas com relação a aquisição do objeto em tela

15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

15.1. A aquisição dos equipamentos, com tecnologia mais atual, trará impactos ambientais

positivos, alinhados com as novas diretrizes de sustentabilidade.

15.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

15.3. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, desde que mantida a integridade dos itens adquiridos.

16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

16.1. Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação..

16.2. Diante do exposto neste estudo e por haver previsão no Plano Anual de Contratações desta SR/PF/ES, existindo disponibilidade orçamentária, é declarada viável a contratação.

17. RESPONSÁVEIS

17.1. A Equipe de Planejamento da Contratação:

SANDALO VIANNA DOS SANTOS JUNIOR

Agente Administrativo

Matrícula 11.750

BRENO ALMEIDA DE MORAIS

Agente de Polícia Federal

Matrícula 16.250



Documento assinado eletronicamente por **BRENO ALMEIDA DE MORAIS**, Agente de Polícia Federal, em 27/11/2024, às 15:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **SANDALO VIANNA DOS SANTOS JUNIOR**, Agente Administrativo(a), em 27/11/2024, às 15:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MILTON RODRIGUES NEVES**, Superintendente Regional - Substituto(a), em 28/11/2024, às 09:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=38616027&crc=5ADE4ECB.
Código verificador: **38616027** e Código CRC: **5ADE4ECB**.